



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681122 - RS (2021/0224766-8)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : CRISTIANE EPPLÉ  
**ADVOGADO** : CRISTIANE EPPLÉ - RS073904  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JAIR DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : CLODOMIRO OLIVEIRA MELO  
**CORRÉU** : DANIEL GONCALVES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : NEI LUIZ DE SOUZA  
**CORRÉU** : RODRIGO VARGAS DA SILVA  
**CORRÉU** : TAUAN DOS SANTOS MELO  
**CORRÉU** : VERA LUCIA FERREIRA  
**CORRÉU** : ALEXANDRE RODOLFO MACIEL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAIR DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (*Habeas Corpus* n. 5068324-15.2021.8.21.7000/RS).

O paciente foi preso preventivamente, acusado da prática de crimes de associação para o tráfico de drogas, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

A impetrante sustenta excesso de prazo para o recebimento da denúncia. Afirma que o paciente se encontra extremamente debilitado em decorrência dos seus inúmeros problemas de saúde, não havendo possibilidade de permanecer no cárcere.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar (arts. 317 e 318 II do CPP) ou por outras medidas cautelares (arts. 282 e 319 do CPP). Subsidiariamente, pede a concessão da prisão domiciliar humanitária pelo prazo mínimo de 60 dias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja substituída a prisão preventiva do paciente pela prisão domiciliar (arts. 317 e 318 II do CPP) ou por outras medidas cautelares (arts. 282 e 319 do CPP).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, notadamente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 77):

Destaca-se, outrossim, que o paciente, no dia 06 de junho último, recusou-se a comparecer a consulta médica agendada no Hospital Cristo Redentor (documentos acostados junto ao evento 256 dos autos originários), o que põe à mostra o fato consistente em que está a se utilizar do seu atual estado clínico para tentar obter benefício - prisão domiciliar - a que não faz jus, avultando a pretensão de se valer de eventual problema de saúde para se ver livre da segregação, pois se premente fosse a necessidade de atendimento médico, não teria se recusado a obtê-lo.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente